

Pontos de Cultura: Pontos para a cidadania e suas territorialidades?

Alba Lúcia da Silva Marinho

Resumo: Este artigo tem como tema a relação entre cultura, cidadania e territorialidades, com enfoque nas políticas públicas culturais atualmente vigentes no Brasil, destacadamente no Cultura Viva e sua principal ação: os Pontos de Cultura. Amparado no amálgama teórico que contempla, principalmente, os pensamentos, de Milton Santos, Lia Calabre e Rogério Haesbaert, apresenta uma pesquisa exploratória, qualitativa, descritiva em forma de estudo de caso. Mais precisamente, dá voz a integrantes de Pontos de Cultura reunidos na Teia.PE 2010, no intuito de um melhor entendimento da prática da política cultural junto aos grupos e suas relações com as comunidades nas quais estão inseridos.

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais. Cidadania. Territorialidades.

No campo das políticas culturais nosso olhar se volta aos Pontos de Cultura, como expressões culturais contemporâneas, por isso mesmo inseridos no contexto das práticas ativas, espaços de afirmação de cidadania e vivências identitárias e territoriais. Identidades que muitos acreditavam ameaçada pela globalização, mas que por vezes se mostram revigoradas em escala local e regional.

Os movimentos sociais brasileiros vêm sendo objeto de estudos que buscam desvendar suas referências históricas, enfatizando o seu caráter político, analisando suas atuações enquanto agentes de transformação. Este artigo visa colaborar com o debate por entender os movimentos culturais contemporâneos e seus atores sociais como elementos de destaque na construção histórica do espaço em que vivem, aqui entendidos como territórios de cidadania.

Deste modo, o estudo tem por marco teórico o pensamento de Milton Santos (2007) quando afirma que “cidadania e cultura formam um par integrado de significações, assim como cultura e territorialidades são, de certo modo, sinônimos”. Nessa perspectiva cultura, territorialidade e cidadania serão analisadas – sobretudo, a territorialidade cultural, investigada como instrumento indutor de igualdade social e fortalecimento da cidadania – através dos espaços culturais, mais especificamente aqueles contemplados pela política cultural pública federal, conhecidos como Pontos de Cultura.

Os Pontos de Cultura, objeto desse artigo, é a ação prioritária do programa Cultura Viva, maior destaque em vigor na política cultural implantada. Os Pontos são selecionados

· Doutoranda em Geografia–UFPE; bolsista Facepe; Membro do LECgeo Laboratório de estudos sobre Espaço e Cultura. E-mail: albamarinho@yahoo.com.br

por meio de edital público, priorizando a revitalização de centros culturais constituídos por grupos já existentes, e que desenvolvam projetos comunitários através de manifestações e ações, porém aliçados do mercado. Mercado este cujos patrocinadores costumam investir em cultura massificada ou já consagrada.

Formalmente estes Pontos, marcos da diversidade cultural, resultam de uma construção histórica que tem seus inícios em 2003, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nomeia o artista Gilberto Gil como ministro e aprova a reestruturação do Ministério da Cultura – MinC, a partir de então, o artista/ministro, também famoso por suas qualidades retóricas, surpreende: parte para a ação e convoca a participação do brasileiro no enfrentamento aos tradicionais desafios. Enfretamentos que foram assumidos pelo atual ministro Juca Ferreira.

Antes, porém, para um melhor entendimento da política cultural atual, é relevante lançar um breve olhar no período imediatamente anterior, no qual a estabilidade de governo Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, não chegou efetivamente a enfrentar os mais graves problemas da política cultural no país. O presidente e seu ministro Francisco Wellfort (1995-2002) “aperfeiçoaram” as chamadas leis de incentivo à cultura. E, na medida em que repassava para a iniciativa privada a decisão sobre os rumos da produção cultural no Brasil, o governo federal diminuía os investimentos públicos na área da cultura.

Calabre (2005), chega a afirmar que “o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura”. Ou seja, essa (des)organização no campo cultural reforçava o apoio à cultura não como manifestação de saberes e fazeres de um povo, mas sim inserido na lógica de um marketing cultural ancorado no maior retorno à empresa “investidora”. Ainda mais contundente diz Sarkovas (2003):

em 8 anos de governo, FHC não formulou nem implementou nenhuma política cultural. Ou seja, faltou o principal: uma visão estratégica do papel do Estado no campo cultural de uma sociedade inserida no mundo globalizado, traduzida em planos de ações gerais e específicos para os diversos segmentos culturais, populacionais, geográficos etc.

Na política cultural atual, os Pontos estão relacionados a mecanismos de identificação e aceitação. Geograficamente estão inseridos em determinado lugar, base da vivência afetiva do cotidiano, espaço onde a existência humana se realiza em sua dinâmica de criação e

recriação, construção e desconstrução. Por outro lado, também é espaço de conflitos e relações de poder, portanto, de embates territoriais.

Le Bossé (2004) diz que por ser construída a identidade territorial “é, por conseguinte, contingente e variável, sempre contestável e por vezes contestada pelos atores geográficos presentes”. Característica da contemporaneidade, sustentada em Castells (2009) quando entende que nesse mundo globalizado e de mudanças drásticas, a busca da identidade é tão poderosa quanto as transformações tecnológicas e econômicas. Assim, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais e nacionais.

Bezerra de Meneses (2002) lembra: “antes que um refinamento ou sofisticação, a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade” e, para melhor entendimento do universo da cultura, apresenta quatro proposições. A primeira afirma ser “a cultura o universo da escolha, da seleção, da opção”, escolhas não aleatórias ou mecânicas, e carregadas de simbolismos. Desta decorre a proposição que relaciona a cultura ao fetichismo: “o valor cultural não está nas coisas, mas é produzido no jogo concreto das relações sociais”. Sendo uma construção histórica, a cultura está relacionada a mecanismos de identificação e aceitação, e também conflitos, perspectiva que destaca o “*caráter político* do universo cultural”. A quarta e última proposição diz que: “as políticas culturais devem dizer respeito à *totalidade da experiência social* e não apenas a segmentos seus privilegiados”.

Aqui se defende que, por contemplar a diversidade cultural, os momentos de encontros dos Pontos são particularmente propícios à observação empírica das afirmativas acima explicitadas. Especificamente para este artigo, a autora se valeu do Encontro dos Pontos de Cultura de Pernambuco, TEIA.PE 2010, acontecido de 25 a 28 de fevereiro. Em meio a uma ampla programação que incluía palestras, mesas coordenadas, grupos de discussão por segmentos e linguagens, apresentações artísticas, eleição de Sub-conselheiros de Segmentos, do Sub-conselho Regional e do Conselho Geral da Rede.

Os participantes ainda tiveram de se dividir em grupos de trabalho - GTs para discussão e elaboração de propostas para a TEIA Nacional 2010, que veio a acontecer no mês de março em Fortaleza-CE. Nesses GTs os integrantes formaram cinco grupos, de acordo com seus interesses, escolhidos entre os seguintes eixos: I - Produção Simbólica e Diversidade Cultural; II - Cultura, Cidade E Cidadania; III - Cultura e Desenvolvimento Sustentável; IV - Cultura e Economia Criativa; V - Gestão e Institucionalidade da Cultura.

O GT II - Cultura, Cidade e Cidadania, tendo por foco a cidade como espaço de produção, intervenção e trocas culturais, garantia de direitos e acesso a bens culturais, teve a

autora por facilitadora, possibilitando a escrita deste artigo, com a relevância de se tratar de um grupo representativo de diversas regiões do Estado de Pernambuco: Região Metropolitana do Recife, Mata Norte, Agreste Central, Agreste Meridional, Sertão do Araripe e Sertão do Pajéu.

Essa múltipla espacialidade se torna relevante ao se considerar que a proposta do programa é a implantação dos Pontos em todos os recantos do País, entretanto, face ao ineditismo do projeto, bem como a dimensão geográfica do Brasil, essa meta não vem sendo atingida, pois o que se percebe é uma significativa concentração dos Pontos nas principais capitais do País e seus municípios mais próximos, ainda que já seja possível vislumbrar mudanças nesse quadro.

Entretanto, isso não significa que observemos uma homogeneidade cultural no espaço urbano. Concordamos com Haesbaert (2002) quando argumenta que a cidade cresce vertiginosamente, mas não num processo contínuo. Nesse sentido, não existiria uma homogeneidade cultural no urbano, mas diferentes processos de identificação, ou seja, a multiplicidade de culturas ainda que urbanas se territorializa, produzindo e sendo produzida por múltiplos territórios.

Todavia, há que se destacar que essa alteridade territorial remete à própria dinâmica identitária dos grupos sociais encontrados nos múltiplos espaços do Estado. Conforme afirmativa de Raffestin (1993) é no território que se estabelecem as relações de poder, ou seja, o território é base e produto das ações dos atores sociais que se apropriam do espaço e produzem seus sistemas. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores que produzem territórios”.

Ao promover esses Encontros, além de fomentar a formação de uma Teia Cultural, o MinC estimula o exercício dos atores na produção de seus territórios e identidades, sem abrir mão da convivência na alteridade, ou seja, exercitar constantemente a cidadania que se baseia nos princípios de uma sociedade democrática que se realiza por meio de atores sociais em condições de igualdade política e jurídica, seja no exercício de seus direitos ou deveres.

Assim o GT II - Cultura, Cidade e Cidadania, ao ser moderado pela autora deste artigo, buscou repassar para o grupo o amparo teórico encontrado em Barbosa (2009) na afirmativa de que:

Cidadania, território e políticas públicas são elementos constituintes de um projeto radical de Democracia, uma vez que reúnem - em suas diferentes dimensões - as possibilidades de fortalecimento da sociedade civil como

autora de proposições e decisões que garantam o exercício da vida em sua mais ampla e diversificada expressão.

Em seu desenvolvimento a primeira parte da discussão contemplava a seguinte reflexão: A rede dos Pontos de Cultura de Pernambuco. O que é Rede PE? Qual a rede que queremos?

Para começar a rede tem que ter o primeiro ponto. O Estado vem historicamente falhando nesse papel. Falta participação dos municípios, muitos nem tem secretário.

Lot Bernardino (Alcance do Mundo Sensível)

Muitos já eram articulados antes de ser Ponto de Cultura. O funcionamento de uma rede esta atrelado aos objetivos geral e específicos. O norte não é só dado pelo poder público, mas pelo coletivo, que está além do Estado, de partidos. A gente força o estado para construir a política.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão)

Esse nó principal, o primeiro nó é muito importante para começar a rede. A idéia de rede é que toda esteja interligada, os nós fortes e fracos.

Vai se aprendendo com o tempo e aperfeiçoando o nó. Cada um dos Pontos de cultura é ponto principal e importante, começando a rede de cima para baixo, numa pirâmide invertida. Nós estamos organizados ao ponto de começar dando visibilidade individual e de todos os Pontos de Cultura.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

A teia e a discussão de rede foi fomentada e criada pelo governo, mas a rede não deve pensar a partir do governo, mas de sua comunidade. É fácil ficar dizendo que só posso fazer se o Estado ajuda. É muito importante a troca de serviços para fortalecer a rede com apoio ou não do governo, O importante é entender o que é rede, os objetivos, e assim a rede funciona.

Anderson (Eco da Periferia)

A gente já era Ponto de Cultura antes de ser Ponto de Cultura, já estávamos inseridos em outras redes. A internet é crucial para funcionar a rede e amarrar

os pontos. A rede é feita de pontos e não de nós. O pescador quando vê o nó da rede ela desata e faz ponto. A rede é essencial. A gente se comunica com os mestres griôs na rede, pessoas que não sabem ler nem escrever, mas tem seu email, orkut. O software livre também ajuda muito porque é nosso.

Marcos (Coco de Pontezinha)

Compromisso da Rede PE: a rede tem o poder de se organizar politicamente. Toda rede tem um objetivo, tanto simbolicamente como na prática. O objetivo é mostrar a força, mostrar externamente que está organizada internamente. Nós fazemos cultura de raiz. É bom pensar enquanto rede para ter força política, atrair impostos pagos por pessoas humildes, que não fazem parte do governo e nem de seus interesses. Se a gente não mostrar ao governo que nos temos direitos aos impostos como consta na Constituição Federal que se refere ao percentual que deve ser destinado ao fomento da cultura. É obrigação da rede cobrar do governo, não interessa quem é, amarelo, preto, branco, independente disso. Cantores famosos aprovam projetos e populares não.

Zenilton (Homem de Barro) réplica a Anderson (Eco da Periferia)

A questão da informação, da troca, para os Pontos de Cultura que são do interior é muito importante, porque estão distantes.

Iláide (Alegria de Pé de Serra)

A gente sentiu dificuldade para vir a Teia PE porque o email do grupo voltava, tivemos que procurar outras pessoas organizadoras. Nós não estávamos inseridos. É preciso checar quem está inserido na rede” [...] “essa coisa de interação funcionou bem na zona da mata norte e poderia servir de exemplo para a Região Metropolitana do Recife.

Salatiel (Engenheiros dos Maracatus)

10 a 15% dos Pontos ainda não conseguem se incluir na rede pela dificuldade de conexão à internet. Nenhuma operadora de telefonia ainda não disponibilizou oportunidade para a comunidade porque não é de interesse das empresas porque não tem mais de 500 famílias.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Uma solução é conexão 3G.

Marcondes (Boi da Macuca)

Finalizado o tempo estipulando às primeiras reflexões, a um estímulo da mediadora ao grupo, foi apresentada por Izabel a seguinte compilação: “A rede que queremos deve ser autônoma, solidária entre si, interligada, democrática, com poder de intervenção política nas decisões relacionadas à cultura”.

A II Parte tendo por foco: a cidade como espaço de produção, intervenção e trocas. Mais que discutir o foco proposto, o grupo canalizou as discussões no sentido de estratégias voltadas à divulgação das suas artes. Apesar das interferências, a facilitadora entendeu ser a temática de grande interesse para os integrantes:

Proposta de criação de mídias alternativas para construir a contra-hegemonia. Mecanismos de enfrentamento da sociedade, construir vídeos e que a Teia veicule nacionalmente, nas TVs públicas, e começar também o enfrentamento com TVs privadas que devem ter seu papel social também. Precisamos começar a combater com a mesma moeda.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão)

A cultura está no sangue mas tem que ser propagada, veiculada.

Marcos (Coco de Pontezinha)

E o acesso às mídias públicas? para ter acesso à TV cultura tem que comprar antena. Invasão da mídia, banalização dos programas de auditório. Que tipo de cultura a gente precisa? Do jeito que esta a gente não vai ter futuro. As crianças estão sendo educadas nesse cenário.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Falta de um local que fosse ponto de encontro, para exposição, troca de experiências, apresentações.

Izabel (Centro de Capoeira São Salomão)

Tem que ter compromisso social. Estamos perdendo nossa identidade há muito tempo porque toda mídia é do poder do Estado. Não tem programação boa.

Lot Bernardino (Alcance do Mundo Sensível)

A gente tem que observar que fazemos parte de uma federação que arrecada trilhões de impostos, e muito dinheiro e o que está acontecendo: quando vejo os números de recursos de milhões de reais e pra onde vai esse dinheiro? A gente esta fechando a rede com nossa responsabilidade, mas não podemos eximir o Estado. O povo não tem que fazer o papel do Estado. O Estado tem deveres que tem que cumprir. A gente não pode se fechar e esquecer que tem uma Secretaria de Cultura, um Ministério de Cultura. A gente tem que pensar como um todo, não só fechar nos Pontos de Cultura.

Zenilton (Homem de Barro)

A cidade é espaço de produção, onde eu desenvolvo meu trabalho antes de ser Ponto de Cultura. Na cidade não tem casa de espetáculo nem pública nem privada. Tem resistência da própria comunidade local. Tem que ter atração de fora nas festas se não massacram o gestor público. Somos desacreditados no próprio município.

Carlos (Oficina da Criação)

A gente sempre volta para discussão de quem fez isso foi a mídia. A educação que a tv, que as rádios passam, para desconstruir isso é um desgaste muito grande. Temos que ter um espaço na mídia para aparecer tanto quanto o forró estilizado, brega, swingueira.

Anderson (Eco da Periferia)

Apesar da questão política no interior, do preconceito, nos estamos se fortalecendo e nos impondo como produtores locais. A rede deve mostrar aos gestores locais a importância de criar uma secretaria de cultura.

Ivan (Bacamarte Tiro da Paz)

Discordo de Zenildo em inserir o Estado na discussão da Rede. A Rede tem que ser autônoma, questionar e pressionar o Estado. Não podemos fechar

demais a cultura e excluir pessoas que hoje podem estar fazendo trabalho de má qualidade, mas que podem fazer trabalho de boa qualidade no futuro.

Jurandir (Vivendo nossas Raízes)

Discordo de Jurandir porque tem que chamar o governo para discussão porque nos somos sociedade civil e não gestores, nos temos que dizer ao gestor o que fazer e como fazer. Não podemos fazer o papel do governo. Nós temos que nos apoderar dos espaços públicos enquanto agentes culturais. Problema das rádios comunitárias: projeto de lei para fazer parceria com Anatel para liberar rádios comunitárias de única frequência e alcance da comunidade. Precisa usar melhor a internet.

Marcondes (Boi da Macuca)

Finalizadas as discussões os minutos ficaram reservados para a redação das propostas a ser levadas para a plenária:

Que o MinC faça um convenio com a ANATEL, com o intuito de facilitar as concessões de Rádio Comunitária, para os Pontos de Cultura, com a criação de uma Faixa específica só para os Pontos. Essa proposta tem o intuito de melhorar as comunicações entre a comunidade e os pontos e entre os pontos.

Que possamos solicitar dos nossos governantes a obrigação do Estado em abrir aos pontos de cultura um canal aberto para a divulgação das ações comunitárias como forma de atrair a comunidade trazendo cidadania e auto-estima a todo Ponto de Cultura.

Que a todo Ponto de Cultura possa ser facultado a possibilidade de instalação de uma rádio comunitária em sua localidade, isto para serviços sociais e culturais e de utilidade pública da comunidade. Todas as rádios com uma mesma frequência.

Que seja facultado pelos municípios que os Pontos de Cultura atuem em espaços físicos para a venda dos produtos produzidos pelos Pontos trazendo assim mais qualidade de vida aos participantes.

Criação de um festival de cultura em cada município com o objetivo de divulgar e fortalecer a cultura histórica local, que apresente a gastronomia, a música, vestes, costumes, brincadeiras infantis e a dança. A partir da presença de formação com oficinas permanentes para fortalecer os objetivos.

Abrir espaços de mídia e divulgação cultural e suas potencialidades locais nos veículos de divulgação comerciais.

MinC, Fundarpe, Anatel e Secom de alguma forma conceder aos Pontos de Cultura direito de concessão a rádio comunitária, onde os pontos que tenham atuação na comunicação, ou tenham interesse em atuar nesta área possam ter o próprio veículo para divulgação da produção cultural do ponto e da comunidade.

Garantia na rede pública dos veículos de comunicação (TV, rádio) o direito de veiculação, exibição da cultura produzida nos Pontos de Cultura (MinC, Fundarpe).

Criar um mecanismo de obrigatoriedade através de leis garantindo o mínimo de 2 horas de cultura local. (pernambucana); rádio – músicas culturais de Pernambuco e novas produções musicais e outros. Incluindo também as TVs.

Construir mídias eletrônicas para socializar as experiências e tradições culturais construídas nos pontos de cultura como veículos de informações que combatam os preconceitos e as de discriminação

Criar uma caravana cultural itinerante que fortaleça as tradições culturais, em suas diversidades lingüísticas, que circule nos estados, empoderando os pontos de cultura.

Construir equipamentos públicos para exposições e apresentações dos pontos de cultura das cidades e um calendário para realização de encontros, festivais entre outros eventos.

Grupos culturais itinerantes; educação cultural nas escolas; espaço na mídia para a cultura local; parceria entre sociedade civil organizada e governo; apoderamento dos espaços públicos como forma de divulgação; rádio como forma de divulgação, a partir de uma concessão feita pelo governo

Fomentar e promover o acesso de todos os pontos de cultura da Rede-PE à Internet, garantindo inclusão digital e democratização de acesso à informação. E paralelamente se fortalecer a Rede-PE, garantindo-se uma troca efetiva de informações entre as cidades e pontos, num exercício efetivo de cidadania.

Garantir o fortalecimento dos pontos no uso da internet; garantir o intercâmbio ponto a ponto criaria caravanas culturais; garantir fóruns de discussão que vise o fortalecimento cultural, cidade e cidadania; garantir espaço e divulgação na mídia.

Provocar um relacionamento entre a rede e o governo; entevi o poder federal e estadual nas políticas municipais de cultura para ser melhorar mais as suas ações na área.

No estágio pós convênio, assegurar até 50% do valor do convênio por igual tempo para aqueles que passarem por uma avaliação de coeficiente positivo em suas ações durante o financiamento.

Provocar a criação de Pontões de Cultura no interior, visto que este ainda é um fomento que se concentra prioritariamente na RMR.

Promover oficinas e capacitações voltadas para a elaboração e gestão de projetos culturais, bem como àquelas que envolvam a sustentabilidade das ações após o encerramento do convênio.

Criar um marco legal que garanta os Pontos de Cultura como lei e não apenas como programa de governo.

Ainda que em concordância com Milton Santos quanto à tarefa espinhosa que é refletir sobre o presente histórico, principalmente na contemporaneidade em que o movimento do mundo é cada vez mais dinâmico, e não raro intolerante e conflituoso. E sem esquecer que todo órgão público é uma abstração, e tem um histórico anterior que se mantém pelos menos em alguns funcionários e outras pessoas ou instituições beneficiadas. O presente histórico para a política pública cultural no Brasil parece assinalar para tempos em que a cultura assume sua relevante parcela como agente formador de cidadãos e estimulador de territorialidades mais voltadas ao bem-estar das comunidades.

Também se confirma que dar voz aos seus atores sociais é, sem dúvida, Um método eficaz na análise da importância, da adequação e das correções nos rumos das políticas culturais implantadas. E, ainda, identificar como vai tomando forma um movimento a partir de uma ideologia que une indivíduos heterogêneos, de grupos diferentes, porém unidos em um mesmo interesse, para um objetivo comum.

Referência Bibliográfica:

BARBOSA, Jorge Luiz, **Cidadania, Território e Políticas Políticas, Rio de Janeiro:** Observatório de Favelas, 2009, disponível em http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=14, acessado em 23/06/2009

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Os “usos culturais” da cultura, in YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani, CRUZ, Rita (Orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**, 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2002.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: um breve histórico, in CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. – 6. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade na geografia cultural, in CORRÊA, Roberto e ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**, 7. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARKOVAS, Yacoff. **Caminhos e Descaminhos Culturais do Governo FHC**, 2009, disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/post/caminhos-e-descaminhos-culturais-do-governo-fhc/>, acesso em 20 de maio de 2009.